

## Os opositores conservadores do *New Deal*

Tatiana Poggi<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende focar as reações conservadoras ao processo de construção da social-democracia nos EUA, o qual se dá a partir da década de 1930 com as reformas trazidas pelo *New Deal*. Procuraremos analisar os conflitos na sociedade política, assim como algumas organizações conservadoras (liberais e fascistas) na sociedade civil durante o período do entreguerras de modo a entender seus descontentamentos e reivindicações.

**Palavras-chave:** Conservadorismo, Estados Unidos, *New Deal*.

**Abstract:** This article intends to focus on the conservative reactions to the process of construction of the social democracy in the USA, which begins to take place in the 1930's with the reforms seen during the New Deal. It is our intention to analyze the conflicts in the political society, as well as some conservative (liberals and fascists) organizations in the civil society between World Wars in order to understand its grievances and demands.

**Keywords:** Conservatism, United States, New Deal.

Uma família isolada muda-se de suas terras. O pai pedira dinheiro emprestado ao banco e agora o banco queria as terras. A companhia das terras -que é o banco, quando se ocupa dessas transações- quer tratores, em vez e pequenas famílias nas terras. (...) E uma família pernoita numa vala e outra família chega e estacas são fincadas na terra e tendas surgem. Os dois homens acocoram-se no chão e as mulheres e as crianças escutam em silêncio. Aí está o nó, ó tu que odeias e temes revoluções! Mantém esses dois homens apartados: faze com que eles se odeiem, receiem-se, desconfiem um do outro. Porque aí começa aquilo que tu temes. Aí é que está o germe. Porque aí se transforma o 'Eu perdi minhas terras', uma célula se rompeu e dessa célula rompida brota aquilo que tu tanto odeias, o 'Nós perdemos nossas terras'. Aí, é que está o perigo, pois que dois homens nunca se sentem tão sozinhos e abatidos como um só. E desse primeiro 'nós' nasce algo muito mais perigoso: 'Eu tenho um pouco de comida' e 'Eu não tenho nenhuma'. Quando a solução deste problema é 'Nós temos um pouco de comida', aí a coisa toma um rumo, aí o movimento já tem um objetivo (STEINBECK, 1972, p. 202-204).

O trecho acima, retirado do emocionante *As vinhas da ira* de John Steinbeck, nos mostra um pouco dos reflexos da Grande Depressão para o homem do campo nos Estados Unidos. Durante o correr da obra, acompanhamos toda a jornada da família Joad, que, por não ter como pagar suas dívidas, perde sua terra e parte para Califórnia em busca de emprego e novas oportunidades.

A mais severa e delongada crise econômica norte-americana é campo de intenso debate, principalmente em torno de suas causas. As maiores polêmicas e divergências mais profundas

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, trabalhando na dissertação 'Neofascismo em cena: o avanço conservador e o caso da *National Alliance*'. Contato: [tatiana.poggi@gmail.com](mailto:tatiana.poggi@gmail.com)

podem ser basicamente percebidas no tocante à qualidade micro ou macro-econômica da crise. Irving Fisher (1932) e Lionel Robbins (1934) interpretam a Depressão como resultado direto da instável estrutura de crédito da década de 1920. O excesso de crédito e especulação aliados à fraca e mal estruturada rede bancária teriam causado o colapso do mercado financeiro iniciado com quebra da bolsa em 1929. Enfatizando causas de cunho imediatista como a quebra abrupta do mercado de ações, os autores buscam explicar a intensidade e profundidade da crise como decorrente da conseqüente falência do sistema bancário, que por sua vez inibiriam os investimentos, o que reduziria os lucros e finalmente levariam a cortes na produção e na força de trabalho.

Em crítica a tal perspectiva, Bernstein (2001) argumenta que a quebra da bolsa em 1929 fora invariavelmente menos importante que outros desenvolvimentos econômicos de característica mais estrutural, geradores, esses sim, de impactos desastrosos durante o período do entre guerras. Bernstein ressalta ainda que “aqueles que à época argumentavam que a Depressão era sintomática de uma profunda fraqueza nos mecanismos do capitalismo foram parcamente ouvidos” (BERNSTEIN, 2001, p.1), parecendo suas interpretações exageradas e históricas.

Muito mais do que uma mera crise financeira de grandes proporções ou mais uma crise econômica inerente ao sistema capitalista, a crise de 1929 e o decorrente período denominado Grande Depressão constituem um marco na história norte-americana, pois, segundo Hobsbawm (1995), foram capazes de destruir por meio século o liberalismo econômico. Como enfatiza o mesmo autor:

A Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso –radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita- eram demasiado ameaçadores (HOBSBAWM, 1995, p. 99).

Assim, a Grande Depressão será aqui tratada enquanto evento de suma importância, exatamente por desencadear um processo político riquíssimo caracterizado por: primeiramente revelar de forma drástica, internacional e explosiva a crise do liberalismo clássico num país que se imaginava detentor do padrão de vida invejado pelo mundo, posteriormente por dar início ao processo de construção de um Estado reformista nos Estados Unidos nos moldes do *New Deal*, e finalmente por constituir-se no marco inicial da reação conservadora às políticas de influência keynesiana. Tal reação apresentar-se-á, à época, ainda pouco organizada politicamente, sem grandes associações, organizações e projeto político ideológico bem definido. Os opositores

conservadores do *New Deal*, como veremos mais adiante, divergiam política e ideologicamente em inúmeros aspectos, o que dificultava de imediato a constituição de uma reação organizada capaz de deter o avanço das políticas de influência keynesiana. Ainda assim, não podemos ignorar a existência do discurso contra-hegemônico e seu papel na dinâmica dos processos políticos. As décadas de 1930 e 1940 serão claramente tempos desfavoráveis tanto para os adeptos do liberalismo clássico quanto para xenófobos fascistas em termos de popularidade nacional. Contudo, serão essas mesmas décadas essenciais para a rearticulação política desses elementos, forjando alianças e reformulando seus projetos nos termos do que será mais tarde conhecido como neoliberalismo e neofascismo.

A crise de 1929 vem encerrar a '*Belle Époque*' norte-americana, expondo suas mais profundas fissuras e incoerências. O crescimento econômico astronômico vivenciado pelos EUA desde o alvorecer do século XX propiciou, para alguns naturalmente, uma enorme euforia social, marcando os anos 20 como anos de prosperidade inigualável no imaginário social. O produto interno bruto havia crescido 62% entre 1914 e 1929, somente 3,2% da força de trabalho encontrava-se desempregada em 1929 (SHERMAN, 1993, p.164). E o sonho parecia não ter fim. Os salários subiam, os níveis de inflação eram baixos, os investimentos internos e externos eram vultosos, as exportações, principalmente para Europa em processo de reconstrução, cresciam. A década de 20 destacou-se pelo consumo de massa, criando ícones como o automóvel e outros bens de consumo duráveis como o rádio e demais eletrodomésticos (ARRUDA, 2000 p.13-17).

Entretanto, assim como durante a '*Belle Époque*' européia, esta versão *yankee* também não era bela para todos e, ao contrário do vigor extraordinário apresentado no setor industrial urbano, o sol não brilhava assim tão forte nas áreas agrícolas. Anthony Badger (1989, p.15-28) destaca três grupos distintos que mesmo antes da Depressão já sofriam com a pobreza: camponeses que viviam de subsistência, concentrados principalmente na região dos Apalaches e Grandes Lagos; imigrantes ilegais, particularmente encontrados nas fazendas californianas; e o maior deles composto por aproximadamente oito milhões e meio de camponeses sulistas vivendo como arrendatários em fazendas de algodão. Os produtores (grandes e pequenos), por seu lado, também enfrentavam dificuldades. Badger relata que o *cornbelt* do meio-oeste assistira a mais violenta demonstração de fúria por parte dos produtores em reação a queda dos preços dos produtos agrícolas.

Produtores rurais não participaram da prosperidade dos anos 1920: a renda per capita rural era um terço da média nacional. Encorajados a expandir a produção durante a primeira guerra, produtores continuaram a aumentá-la nos anos 1920. (...) Produtores rurais entusiasmadamente faziam empréstimos para a compra de novo maquinário e novas terras: em 1929 a dívida agrícola atingira um total de 9.8 bilhões de dólares. (Idem, p.14-15)

Os excedentes rurais tornavam-se crônicos, fazendo baixar os preços dos produtos agrícolas e com eles o nível de vida das camadas rurais. Era o início do endividamento de milhares de famílias como a de Tom Joad. O endividamento, longe de atingir apenas grandes produtores, afetara muito e mais duramente o pequeno produtor. Isso porque o endividamento do grande produtor era fruto do início do processo de mecanização no campo e este traria uma mudança significativa nas relações de trabalho no campo. Para o pequeno produtor, isso significava desemprego ou endividamento, como forma de tentar se manter a todo custo no mercado, seguido, geralmente, da perda de suas terras, para outros produtores ou para os bancos.

A tão clamada prosperidade industrial também não veio sem um preço, um preço alto. Trabalhadores da indústria do aço cumpriam jornadas de doze horas por dia, em algumas fábricas sete dias por semana. Arruda finalmente nos fornece dados impressionantes sobre o abismo social e racismo deflagrados, gerando desde já questionamentos sobre quem exatamente se beneficiava e usufruía do dito *american way of life*. Segundo o mesmo, “as desigualdades cresceram na década de 1920, pois cerca de 60% das famílias americanas viviam com rendas anuais abaixo de dois mil dólares, portanto, num patamar baixo de subsistência” (ARRUDA op. cit., p. 25).

Tal quadro, ainda que bastante superficial, já nos dá elementos para entender o caráter desta crise marcada pelo aparente contraditório binômio formado por superprodução e subconsumo.<sup>2</sup> Como era de se esperar, a Europa passo a passo começa a se reerguer, retomando a produção de muitos bens outrora importados dos EUA. Consideravelmente reduzidos, as exportações e os investimentos, vemos esses produtos e capitais redirecionados para o mercado interno. Mas este, dada a concentração desigual da renda e a impossibilidade de investimentos lucrativos infinitos, não fora capaz de absorver tamanho montante. Assim, dado que “os gastos totais em bens e serviços caem abaixo do valor do conjunto de bens e serviços produzidos” (SHERMAN op. cit., p. 169), observa-se à época um crescimento dos estoques de produtos

---

<sup>2</sup> Michael Bernstein destaca em artigo para a coletânea organizada por Fraser e Gerstle, aspectos mais profundos em sua análise das causas da Depressão, sendo o principal deles o crescimento da demanda dos consumidores de renda mais alta por produtos manufaturados e serviços, que por sua vez, teria gerado mudanças profundas nos investimentos e na produção desses setores.

agrícolas e industriais encalhados e uma redução significativa da produção por falta de consumo. Visando a manutenção de uma margem de lucro estável, empresários arrocham os salários e reduzem drasticamente o quadro de pessoal. Estava formado o ciclo da crise. Desemprego generalizado e redução salarial comprometeram mais ainda o consumo, os lucros despencaram invariavelmente. Os investimentos, por sua vez, se retraíram, posto que as empresas já estivessem funcionando em capacidade ociosa.

A administração do republicano Hoover (1929-1933), essencialmente liberal, não cogitava maiores intervenções no mundo da produção, limitando-se a elevar os direitos alfandegários, reduzir as taxas de desconto bancário e a estimular o consumo e o armazenamento por meio de créditos, ou seja, aquisição de empréstimos. Mas estes só fizeram agravar o problema. “Entre 1929 e 1932, registraram-se 85.000 falências de empresas; mais de 5.000 bancos suspenderam suas operações; o valor das ações na Bolsa de Nova Iorque caiu de 87 bilhões de dólares para 19 bilhões de dólares; 12 milhões de pessoas ficaram desempregadas...”(Idem, p.165).

O resultado no campo é intensamente retratado por Steinbeck (1972) ao longo de todo ‘*As vinhas da Ira*’ e rapidamente mostrado em nossa epígrafe. Famílias inteiras de pequenos e médios produtores endividadas, com suas propriedades hipotecadas de modo a cobrir os gastos de armazenamento da produção.

O ano de 1932 foi um dos mais sombrios da história da república americana. (...) Agricultores bloqueavam rodovias e faziam parar os caminhões de leite em protesto contra a queda dos preços de seus produtos ou resistiam à autoridade do xerife que vinha para expulsá-los de suas casas (PERKINS, 1967 p.17).

Somava-se a isso o processo de mecanização do campo. Tão temido e odiado no romance de Steinbeck (1972), é o trator (e por trás dele o banco, seu fiel financiador), símbolo da entrada do capitalismo monopolista no campo. O trator, monstro arrebatador ou símbolo da modernidade e do progresso? Ambos, as conseqüências de sua entrada no cenário social é que variam. Para a família Joad, o trator “faz duas coisas diferentes: traça sulcos nas terras e nos expulsa delas. Não há quase diferença entre esse trator e um tanque de guerra. Ambos expulsam os homens que lhes barram o caminho, intimidando-os, ferindo-os” (STEINBECK, op. cit., p. 202). Muitos agricultores foram à falência, engrossando as fileiras já compostas por centenas de trabalhadores rurais desempregados e juntando-se ao fluxo migratório campo-cidade. Entre eles vemos novamente os Joad, uma família entre “meio milhão de homens [que] caminha pelas estradas; um

milhão mais se prepara para a caminhada; dez milhões mais sentem as primeiras inquietudes” (Idem, p. 204). Em seu caminho rumo à Califórnia, acabam por se reconhecer, em outros tantos, vítimas de infortúnios bastante similares. Solidarizam-se então com eles, reconhecendo aliados para expressão pública de suas inquietudes e reivindicações. Finalmente, organizam-se politicamente num ‘nós’ ativo e perturbador.

Como podemos perceber, um outro aspecto de extrema relevância na década de 1930 pode ser visto na adesão em massa ao movimento popular organizado. Falava-se de revolução não apenas entre os setores populares, mas também entre a intelectualidade, alguns apoiando abertamente um candidato comunista a presidência (PERKINS, op. cit., p.18). A causa socialista ganhou inúmeros adeptos, o partido comunista viu seus filiados e simpatizantes aumentar e o movimento sindical cresceu e se popularizou entre os trabalhadores. O contraste entre a situação desesperadora da América do norte e o desenvolvimento a todo o vapor da URSS fez com que muitos aderissem à luta popular organizada (SHERMAN, op. cit., p.166).

Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos planos Quinqüenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos (HOBSBAWM, op. cit., p.100).

Observa-se, logo, que tal adesão estava então diretamente associada e profundamente influenciada pela experiência de falta de oportunidade, miséria e desencanto coletivamente vivida por aqueles atores, fosse nas fábricas, nos campos ou nas ruas. Os conflitos tendiam a se acirrar e o clima tornava-se tenso na medida em que esses milhares de indivíduos reconheciam-se num ‘nós’, mais ainda quando esse ‘nós’ aderiu a uma causa popular e decidia se organizar. Como veremos logo adiante, a temática da relação capital-trabalho será uma constante na administração Roosevelt, uma vez que o governo dedicará especial atenção ao sindicato, garantindo a este o direito de livre organização e barganha coletiva com os patrões (LIMONCIC, 1999, p.129-146).

Profundamente desgastado com efeitos da crise, o Partido Republicano perde as eleições de 1933 para o democrata Franklin Delano Roosevelt. Este, consciente do desafio que tem pela frente declara publicamente:

Estamos diante de mais produtos agrícolas do que podemos consumir e com excedentes que outras nações não têm condições de comprar, a não ser por preços baixos demais. Vemos nossas fábricas com capacidade de produzir mais bens do que podemos consumir ao mesmo tempo em que nossa capacidade de exportação está descendente. (...) o povo deste país foi erroneamente encorajado a acreditar que poderia manter em crescimento constante a produção de suas fazendas e fábricas e que algum mágico encontraria meios

de que este crescimento fosse consumido com razoável lucro para o produtor (HUNT, 1955, p. 52-53).

Roosevelt mostrava-se bastante cético quanto ao futuro do capitalismo em sua forma liberal, por vezes até mesmo irônico ao declarar que o pleno funcionamento da economia liberal se dava graças à existência de um mágico, a mão mágica do mercado auto-regulável. O importante é que o novo presidente enxergava os limites do liberalismo, tinha consciência de que estava lidando com o desgaste de um projeto político não mais aplicável.

Foi precisamente a ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal que tornou tão dramática a situação dos tomadores de decisões econômicas. Para enfrentar a crise imediata, a curto prazo, eles tinham, em sua visão, de solapar a base a longo prazo de uma economia mundial florescente (HOBSBAWM, op. cit, p.98).

Sociedades capitalistas em estágio avançado apresentam-se, segundo Gramsci (2002), entrecortadas por uma série de projetos políticos conflitantes. Estes se encontram vinculados por uma relação de hegemonia. É preciso ter em mente que um dado projeto político, ainda que claramente hegemônico, é sempre permeado por resistências, projetos antagônicos. Segundo o mesmo, a hegemonia é caracterizada por um processo ininterrupto em prol da construção de certo equilíbrio entre e intraclasse, base sobre a qual percebemos a margem de consenso. É imprescindível que sejam levados em conta os interesses das frações e classes dominadas sobre as quais se exerce hegemonia. Entretanto, tais compromissos e sacrifícios de ordem econômico-corporativa não comprometem de modo algum nem a posição hegemônica, ainda que temporária, nem o fato implícito nela de que o grupo dirigente exerce papel decisivo no núcleo da atividade econômica. Raymond Williams (1979) nos ajuda a esclarecer esta complexa dinâmica ao afirmar que a hegemonia:

também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra hegemonia e hegemonia a alternativa que são elementos reais e persistentes na prática (WILLIAMS, 1979, p.115-116).

Como podemos observar, o projeto dirigente mesmo ocupando posição hegemônica é constantemente contraposto por outros, advindos tanto da classe dominada quanto de frações presentes na própria classe dominante.

Entretanto, em momentos de crise, esta pluralidade se mostra mais explícita, uma vez que o projeto hegemônico encontra-se claramente desgastado. O que observamos é que a crise de

1929 e a Grande Depressão vêm exatamente deflagrar a crise de hegemonia do projeto liberal e descortinar uma multiplicidade de projetos alternativos à velha ordem, que não apresentava mais meios satisfatórios para a superação de sua própria crise interna.

A arena privilegiada de conflito entre os diferentes projetos objetivando construção da hegemonia por meio do consenso ativo dos governados é exatamente o Estado. Este será considerado aqui dentro da perspectiva gramsciana e, portanto, em sua dimensão ampliada. O Estado ampliado se constitui em “uma unidade dialética no qual diferentes projetos estão presentes e buscam conformar as massas para a organização científica do trabalho e da vida característica da sociedade urbano-industrial” (NEVES, 2005, p. 15-16). Sua qualidade ampliada justifica-se por conter, em sua dimensão superestrutural, duas grandes esferas interdependentes: sociedade civil e sociedade política. A sociedade civil, lugar privilegiado dos aparelhos privados de hegemonia, juntamente com a sociedade política, conjunto de mecanismos jurídico-administrativos e aparelhos oficiais de repressão/coerção, constituem os dois grandes planos superestruturais formadores do Estado em sentido amplo (GRAMSCI, 2004, p. 20-21). Para além de uma simples aparente separação do plano superestrutural em esferas, é preciso ser destacado o caráter já mencionado de interdependência entre as esferas, expresso em suas funções organizativas e conectivas. Nas palavras do próprio: “Para a vida de um Estado duas coisas são absolutamente necessárias: força e consenso, coerção e persuasão, sociedade política e sociedade civil, direito e liberdade, política e moral” (GRAMSCI, 2002, p. 243).

O Estado em Gramsci transcende, portanto, a noção usual do termo ao incorporar ao Estado restrito ou governo as noções de hegemonia e sociedade civil. O autor alarga, assim, a própria perspectiva de poder no momento em que, sem esquecer das forças de subjugo, destaca também os componentes consenso e legitimação. O consenso, elemento diferenciador da análise gramsciana, é construído “a partir dos sujeitos coletivos organizados junto aos aparelhos privados de hegemonia - ou seja, na própria sociedade civil, antes de tudo - bem como através da ação do próprio Estado restrito, que igualmente promove e generaliza a visão de mundo da fração da classe hegemônica” (MENDONÇA, 2004, p. 6). O caráter complexo e dinâmico, impresso na qualidade ampliada do Estado, se faz latente ao percebermos o mesmo enquanto uma relação social também ampliada, um campo de conflito permanente entre as classes sociais fundamentais e intraclasse desencadeado pelas diversas frações. A relação de dominação/subordinação e luta pela construção de hegemonia são também ampliadas nesse sentido. À manutenção da condição



de hegemonia vincula-se necessariamente a continuação dos ditos compromissos e de investimento constante, por parte dessa mesma classe dirigente, em aparelhos privados de hegemonia, que trabalharão elaborando e difundindo a ideologia (concepção de mundo expressa implicitamente em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) implícita no projeto dirigente. Uma vez dirigente uma classe dentro do Estado observamos que este é concebido:

como organismo próprio de um grupo destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (...) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2002, p. 41-42).

Estado, portanto, é produtor e difusor de uma dada visão de mundo, notadamente a da classe social dirigente, de modo a manter, pela persuasão permanente e certos compromissos, a hegemonia; desenvolve a economia, no sentido de manter condição privilegiada também a dita classe, apesar de ter de fazer concessões também nesse campo; e policia através do conjunto de mecanismos através dos quais os grupos dominantes detêm o monopólio legal da repressão e da violência, de modo a assegurar a disciplina das frações de classe que não consentem.

A preocupação com a construção e manutenção do consenso demonstra, pois, o papel educador do Estado em sua concepção ampliada, no sentido em que este promove e assegura a ordem não somente pelos recursos da força, mas principalmente enquanto arquiteto de “uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante dirigente” (NEVES, op. cit., p.16).

Roosevelt é exatamente eleito por apresentar uma nova proposta política, alterando de modo significativo a relação entre o poder público e a economia. O projeto apresentado pelo Partido Democrata não era obviamente a única proposta alternativa ao liberalismo em decadência. Como pontuamos rapidamente acima, a causa socialista e comunista ganhara diversos adeptos, não apenas na forma de simpatizantes, mas principalmente na forma organizada enquanto membros efetivos de diversos aparelhos privados. Contudo, não foram esses projetos vencedores na intensa disputa da guerra de posição e, sim, o projeto reformista.

A proposta econômica do Partido Democrata ficou conhecida como *New Deal*, guardando afinidades tanto com aspectos da social-democracia, da conformação estatal de bem-estar e da, à época, ainda futura teoria econômica do inglês John Maynard Keynes (1936).

Analogamente à social-democracia em suas conformações européias originais, a proposta do Partido Democrata também apostava em um Estado intervencionista que se fizesse presente na economia e criasse condições favoráveis para que pudessem ser garantidas qualidades mínimas de vida à população em geral. Diferentemente daquela, contudo, o Partido Democrata e a maioria dos que compunham sua base de apoio na sociedade civil não estavam inclinados à construção de um projeto de reformas graduais que levassem ao socialismo. Tampouco podem ser percebidos, na maioria deles, os intensos debates em torno do marxismo ou um conjunto significativo de membros adeptos de tal ideologia, a exemplo da social-democracia austríaca e alemã na virada do XIX para o XX (MEHRAV, 1985, p. 251-277; HAJÉK, 1985, p.169-192). O reformismo parlamentarista tem para os social-democratas, em sua origem, um objetivo particular, qual seja ser uma estratégia para se alcançar a igualdade e o socialismo (ESPING-ANDERSEN, 1989, p. 10-36).

As reivindicações atendidas pelo *New Deal* têm provavelmente raízes mais próximas na tradição reformista norte-americana, sendo o Movimento Progressista (1880-1920) uma de suas expressões mais notórias. No entreguerras, podemos observar já alguns avanços das negociações entre trabalho e empresariado, assim como as primeiras conquistas do movimento sindical na arena institucional (BERNSTEIN, 1989). São igualmente tempos nos quais florescem as primeiras demandas em torno do pluralismo, com a emergência de diversos movimentos reivindicando direitos iguais para as mulheres, direitos civis e igualdade racial. As diversas expressões Progressistas objetivavam revigorar a democracia e para além das reivindicações coletivas o Progressivismo caracterizou-se, também, por buscar uma reforma moral do indivíduo, de forma que o servidor público se tornasse honesto e eficiente; prostitutas deixassem de se prostituir; jovens largassem a bebida; o imigrante se ‘americanizasse’. (GERSTLE, 1994. p. 2-8).

Segundo a teoria keynesiana, a crise de consumo e investimento deveria ser solucionada com participação ampla e direta do governo, arrecadando fundos ainda que por meio de empréstimos para a promoção de projetos de utilidade social. Os investimentos não seriam mais direcionados para a ampliação da capacidade produtiva, mas nem por isso deixariam de ser feitos. Keynes propunha que esses investimentos públicos fossem destinados à ampliação da infra-

estrutura nacional, ou seja, na promoção de grandes obras públicas como estradas, escolas, hospitais, parques etc. O principal objetivo seria, então, criar meios de se restabelecer o pleno emprego, aumentar a renda do trabalhador para que este se tornasse um consumidor em potencial dos estoques encalhados. Para além de um plano de ação econômica emergencial, o argumento keynesiano em favor dos benefícios da supressão do desemprego em massa era também político, já que se acreditava que este poderia vir a ser política e socialmente explosivo (HOBSBAWM, op.cit, p.100).

Mesmo implementado anteriormente à publicação da obra de Keynes, podemos perceber quão similar fora a diretriz seguida pelo *New Deal*. O governo abriu diversas linhas de crédito direcionadas tanto aos produtores agrícolas e industriais quanto aos banqueiros, para tentar frear a série de falências que vinha assolando o país. O dólar fora desvalorizado em até 41% em 1934 como forma de estimular as vendas de produtos norte-americanos no exterior e estimular a compra dos mesmos internamente em detrimento dos importados (ARRUDA, op.cit., p.31).

O combate ao desemprego começara logo em 1933. A nova administração, de imediato, “concedeu subsídios aos estados para cobrir um seguro-desemprego” (Idem, p. 31), aumentou os salários dos operários de modo a elevar seu poder aquisitivo, fixou um salário mínimo e as jornadas de trabalho, além de abolir o trabalho infantil. Em novembro do mesmo ano é lançado o programa de grandes obras públicas com intuito de absorver a gama de desempregados.

No campo é lançada a lei de controle agrícola (AAA) com o objetivo de conter a superprodução e evitar mais falências. Dexter Perkins considera esta lei de regulamentação uma impressionante tentativa de modificação do livre sistema de agricultura predominante até então nos EUA. Segundo o mesmo, a limitação *per se* não era desconhecida no mundo dos negócios, “mas uma limitação da produção criada por um sistema de recompensas e punições oficiais era algo totalmente novo. Subsídios por não produzir marcaram o início de uma nova era em importante parte do setor econômico” (PERKINS, op.cit., p.30-31)

1935 fora o ano de aprovação do *Social Security Act* que, ao fornecer bases mais sólidas para a constituição de um Estado, pelo menos durante até a eclosão do segundo conflito mundial, afinado políticas de bem-estar social, completava o pacote de proteção ao trabalhador proposto pelo *New Deal*. Por meio dele estavam garantidos entre outros:

- A previdência social, assegurando aposentadoria, os seguros desemprego e acidentes de trabalho;

- Programas de proteção e assistência financeira à criança desamparada;
- Auxílio financeiro a portadores de necessidades especiais;
- Assistência financeira federal aos estados, condados e distritos para o estabelecimento e manutenção de um serviço público de saúde adequado;
- A criação de imposto deduzido em folha como forma para financiar muitos desses programas e benefícios oferecidos.<sup>3</sup>

O movimento sindical ganhará lugar privilegiado na sociedade civil e política e muitas das vitórias relacionadas ao bem-estar social podem ser atribuídas à luta sindical e aos acordos fechados com a administração central. As greves, método clássico de pressão, proliferaram durante as décadas de 1930 e 1940. Para mencionar algumas de impacto nacional, temos já em 1935 a greve dos *Automotives Industrial Workers Association* (AIWA) seguida das famosas greves de ocupação entre 1936 e 1937. Sobre esta última, vale destacar o caso da cidade de Flint, onde após 44 dias de paralisação a *General Motors* finalmente reconheceu o sindicato *United Auto Workers* (BERLET; LYONS, op.cit., p.130-141).

Porém, o mundo do trabalho também apresentava complexidades. Conhecidas eram as tensões entre CIO e a AFL, tendo a última rejeitado muitas propostas da administração central. O *National Labor Relations Board*, agência criada em 1935 com a lei de Wagner, garantia a presença ativa - ainda que regulada, posto que composta por membros indicados pela presidência - dos sindicatos nas negociações (LIMONCIC, op.cit, p.132). Entretanto, não podemos descartar o significado desse passo para o movimento sindical, que se tornava finalmente legal. As eleições de 1936 marcaram a importância dessa base de apoio.

Nas eleições de 1936, o CIO [*Congress of Industrial Organizations*] e seu mais importante sindicato, o *United Auto Workers* (UAW), votaram massivamente em Roosevelt. Em uma de suas peças de propaganda, o UAW reproduzia uma das mais famosas frases do presidente-candidato: 'Se eu fosse um trabalhador fabril, entraria para um sindicato (LICHTENSTEIN, 1995. p. 61 apud LIMONCIC, op.cit. p.133).

Os anos 1930, como um todo, ficaram marcados no imaginário nacional e acreditamos que, realmente, foram os anos de ouro do ativismo do operariado, principalmente urbano, mas também rural. Schlesinger Jr. (2003, p. 385) nos fala em anos de conscientização, num fervilhar de novas idéias e esperanças que tomara conta da América. Pode-se perceber uma efetiva mobilização social. Partes significativas dos setores dominados urbanos e rurais estavam

---

<sup>3</sup> *The Social Security Act of 1935.*

organizadas em algum tipo de movimento militante, atuando no Partido Democrata e na sociedade civil de forma real - embora menos poderosa talvez do que o esperado por alguns - em prol de melhorias de suas condições de vida. As conquistas angariadas como fruto desta organização e o significado desta inserção na sociedade política no imaginário dos setores dominados não devem ser desprezados.

Tais conquistas sociais e políticas, somadas às medidas de recuperação econômica, levaram autores como Schlesinger Jr. a interpretar o *New Deal* sob certo tom salvacionista, enaltecendo suas medidas. Segundo o mesmo, a grande Depressão marcara um momento particular do ciclo econômico conhecido como ‘maturidade econômica’, ou seja, momento definidor de uma era quando se finda a expansão econômica (Idem, p.180). O programa de reformas iniciadas já no primeiro *New Deal* (primeiros cem dias da administração Roosevelt) seria, para ele, um pacote de reformas que, reconhecendo tal realidade, visava contornar tal situação da melhor maneira possível.

Os princípios do primeiro *New Deal* foram os que a revolução tecnológica havia tornado os negócios inevitáveis; que não se poderia mais confiar na competição para assegurar os interesses sociais; que grandes unidades eram uma oportunidade a ser buscada, mais do que um perigo para se lutar contra; e que a fórmula para estabilidade na nova sociedade deveria ser combinação e cooperação sob a acrescida autoridade federal (Idem, ibidem, p.179).

Na interpretação de Schlesinger Jr., o *New Deal* estaria profundamente alinhado com a realidade na qual iria ser implantado e, sem a pretensão de ignorar os aspectos relevantes da conjuntura, procurava não apenas conviver com algumas tendências, mas incorporá-las de forma vantajosa ao programa. O trecho acima nos remete à tendência a formação de monopólios, processo que não deveria ser visto como obstáculo ao desenvolvimento, mas abraçado pelo novo projeto social-democrata. E, segundo Badger (1989), assim foi feito. O “*National Recovery Administration* deu aos empresários e ao governo praticamente poderes de tempo de guerra com relação à produção, salários e preços e os isentou da perseguição antitruste” (BADGER, op. cit. p. 66). Ao mesmo tempo, somos igualmente remetidos à falência do liberalismo econômico, apontando que esse já não daria mais conta de assegurar os interesses dos indivíduos. A saída, então, na interpretação de Schlesinger Jr. (2003), seria abraçar a nova tendência econômica monopolista e politicamente tentar uma nova abordagem dos conflitos via negociação efetiva, ambos sob a ação da autoridade federal interventora. Para o autor, todos esses esforços vinham

conjugados com o desejo de uma ‘América’ nova, de novo caráter e que somente agora tivera espaço para se expressar de modo mais tenaz.

Parte do impulso do *New Deal* foi defensiva – a determinação para proteger a liberdade e oportunidade para os Americanos da devastação trazida pelo desemprego e pelo desespero. Mas parte também foi um desejo de se construir uma América melhor - um desejo que existia bem antes da Depressão, mesmo que a Depressão tenha dado a este um novo vigor e possibilidade (SCHLESINGER Jr., op.cit. p.319).

Sem aqui desprezar ou deixar de reconhecer a mudança expressiva que significou o programa do Partido Democrata em comparação com o anterior projeto liberal, a interpretação de Schlesinger Jr. (2003), quase uma ode ao *New Deal*, não leva em conta suas limitações, encarando-o como solução perfeita, ou única possível dentro daquele contexto. Quando este nos fala em anos de conscientização, só enxerga esforços em direção à saída reformista, explorando pouco as conscientizações em outras direções. Não enxerga outros projetos de outros grupos sociais que talvez não estivessem se sentindo contemplados o suficiente com as medidas do programa. Parece, a mim, que o autor não se faz perguntas básicas como: Construir uma América melhor para quem? Quem eram os empresários envolvidos e que setores da indústria efetivamente se beneficiaram do NRA?

Em linha um tanto diferente, percebemos em autores como Bernstein (1989), Sherman (1993) e Badger (1989) esforços (por vezes mais, por vezes menos ponderados) em realçar tais limitações, sustentando que o intenso programa de reformas não conseguira por real fim a Depressão e impulsionar o crescimento econômico a níveis similares aos vistos no anteguerra. Tais autores afirmam que fora mesmo a emergência do segundo conflito mundial que realmente impulsionaria a economia em direção à tão desejada prosperidade. Segundo Bernstein, “cada grande legislação que persiste nos livros estatutários e na memória popular – o NRA, a lei Wagner, o *Tennessee Valley Authority*, as leis de segurança social, a Comissão de Segurança e Câmbio e os mandatos de déficits orçamentários - foi dirigida para remediá-la [a Depressão]” (BERNSTEIN, 1989, p.33), mas ainda assim, fora somente com a deflagração da guerra na Europa que a produção industrial atingira as marcas de antes da quebra da bolsa.

Para eles, as falhas não se concentram somente no campo econômico. Também nos âmbitos político e social os autores apresentam críticas duras quanto ao desenvolvimento do programa que, pelo menos no discurso, tanto prezava pela ampla negociação entre Estado, trabalhadores organizados e empresariado. O caso do *Tennessee Valley Authority* (TVA) é particularmente emblemático nesse sentido. Se para Schlesinger Jr. o TVA se destacou como o

acontecimento mais intenso em direção a uma ‘América’ melhor, concentrando preocupações do presidente com relação à terra, às florestas, à água, e à contínua busca pela melhora nas condições de vida da nação (SCHLESINGER Jr. op.cit., p.319), o mesmo não foi assim visto por Badger (1989). Com uma análise, a nosso ver menos ingênua, o autor destaca que:

O desenvolvimento rural serviu às necessidades dos mais afortunados mais do que às do agricultor pobre. O TVA também se conformou com as normas raciais locais, excluindo largamente os negros. Seu crescente sucesso beneficiou realmente os agricultores, mas também trouxe rápida industrialização (BADGER, op.cit. p.176).

A crítica levantada por Badger (1989) segue em várias direções, exemplificando em um só projeto toda a complexidade das forças sociais durante os primórdios da construção do Estado reformista. E que, para além de desejos altruístas em prol da melhora das condições de vida da população, estavam presentes os interesses lucrativos do setor empresarial. Não que a industrialização não tivesse trazido imensos benefícios à população local, evidentemente trouxe. Mas, pelo que o autor destaca, esses benefícios não foram assim tão democraticamente distribuídos, gerando vantagens imensamente maiores para os donos dos novos complexos industriais lá localizados. É evidente ainda a exclusão racial, problema pouco tocado pela administração Roosevelt. Os negros, apesar de um dos grupos sociais mais duramente atingidos durante a Depressão, não foram até aquele momento uma das preocupações principais da administração democrata.

As limitações vão também além do campo. Com relação ao movimento operário, Badger (1989) aponta que:

o compromisso do *New Deal* para com a causa sindicalista não era de modo algum integral. (...) O NRA tinha a função de remover as fontes do conflito industrial, não estimulá-las. (...) O estabelecimento do *National Labour Board* em agosto foi uma aposta *ad hoc* para prevenir as greves perturbadoras do impulso de recuperação (Idem, p.126).

E Bernstein completa afirmando que “a persistência da Depressão dificultara as alianças, obrigando os arquitetos do *New Deal* a abandonar uma política de recuperação atrás da outra” (BERNSTEIN, op.cit. p.33). Ao longo de suas respectivas argumentações, eles desconstruem o argumento de harmonia social para muitos, inclusive Schlesinger Jr. (2003), representado na proposta da ampla negociação, entendem a multiplicidade de interesses ainda conflitantes envolvidos na dinâmica social. Entretanto, Bernstein ao utilizar o termo os ‘arquitetos do *New*

*Deal* e Badger (1989) o ‘compromisso do *New Deal*’ comprometem suas argumentações, no sentido em que não percebem que são aqueles mesmos grupos de interesses conflitantes os ‘arquitetos do *New Deal*’. Mais do que um programa de reformas previamente imaginado pelo Partido Democrata, o desenvolvimento do *New Deal* é um todo de relações sociais. Relações sociais certamente desiguais, mas que não devem, em hipótese alguma, ser entendidas simplesmente como a imposição coercitiva de uma classe dominante ou de ‘arquitetos’ sobre os demais setores sociais. Tal interpretação faz com que esqueçamos também os limites das lutas dos setores dominados, ou seja, sua parcela de consenso com o projeto reformista.

O próprio movimento operário como um todo teve na Era Roosevelt sucessos e retrocessos. Quantitativamente, um número maior de trabalhadores encontrava-se engajado na luta política. O número de trabalhadores sindicalizados atingira a marca de mais de 14 milhões ou 30% do total da força de trabalho (LICHTENSTEIN, 1995, p.123 apud LIMONCIC, op. cit., p. 134.). Qualitativamente, vemos já delineadas duas grandes tendências: primeiramente, a relação de hegemonia entre o sindicalismo e os demais movimentos dentro do movimento operário, dada sua participação e poder de barganha dentro da sociedade política e civil; e, finalmente, a tendência de ação por parte desse mesmo sindicalismo na luta por conquistas materiais imediatas.

O grande capital, por sua vez, teve que negociar, afrouxar as malhas da exploração, cedendo a algumas das reivindicações históricas dos trabalhadores. Não devemos, contudo nos precipitar e concluir que esta classe tornara-se, então, oposição declarada e inconciliável com os preceitos do *New Deal*. Completamente satisfeita não se mostrou, mas em virtude da seriedade da crise e das proporções que estavam tomando as mobilizações populares, fora esta a solução encontrada de imediato. Assim, a classe dominante entrega os anéis como forma de preservar os dedos. Não podemos esquecer que um projeto reformista, apesar de atender aos apelos e efetivamente implementar parte do projeto das classes dominadas, é a maneira encontrada pelo bloco dominante para se manter dominante.

Dentre o grande capital, a fração representada pelo capital financeiro e empresas multinacionais em ascensão foram as que apoiaram Roosevelt mais abertamente. Segundo Thomas Ferguson, o segundo *New Deal* [após um primeiro momento de recuperação inicial da crise, aproximadamente 1935-1936] conseguiu conjugar “um novo bloco de poder formado por *capital-intensive industries*, bancos de investimento e bancos comerciais orientados para o exterior” (FERGUSON; ROGERS, 1986 p.46-48). O autor ainda nos fornece dados sobre as



empresas componentes do bloco. Entre elas estão a *Standard Oil* do grupo Rockefeller, a *General Electric*, IBM, *Mead Paper*, RCA, *Pan Am*, empresas de tabaco como *R.J. Reynolds*, grandes varejistas como *Edward A.* e *Lincoln Filene*, além de grandes bancos como o *Harriman*, *Goldman Sachs*, *Dillon Read*, *Bank of America* e *Chase National Bank*. Berlet e Lyons apontam ainda para uma série de acordos fechados entre esses setores e a administração Roosevelt no sentido da redução das tarifas e barreiras alfandegárias como forma de estimular a expansão de seus negócios. Controlavam, também, agências chave na sociedade política como o *Business Advisory Council*, o Comitê para o Desenvolvimento Econômico (CED) e o Conselho de Relações Internacionais (CFR) (BERLET; LYONS, op.cit., p.162-165).

Entretanto, não devemos incorrer no erro de superestimar tal apoio. O compromisso de tipo keynesiano, para “além do controle macroeconômico estatal e centralizado, calcado no crescimento e no emprego”, impôs certas limitações sobre as prerrogativas das finanças: “as regulamentações da sua atividade nacional e internacional (notadamente através dos acordos assinados em Bretton Woods em 1944), o reconhecimento parcial do direito ao trabalho, inscrito em 1948 na legislação estadunidense, e o desenvolvimento do Estado-providência” (DUMEIL; LEVY, 2003, p.32). Não nos causa espanto, portanto, o apoio de diversos capitalistas financeiros, ainda que em bem menor escala, se comparado aos capitalistas industriais, à criação da *American Liberty League*, principal aparelho privado em meio à luta pela direção política da época.

*Wall Street* está favoravelmente inclinada na direção da nova *American Liberty League* (...) A comunidade financeira vê no movimento o núcleo de uma nova força em prol do conservadorismo, tanto na legislação quanto no que toca às questões fiscais das legislaturas federal e estadual.<sup>4</sup>

Conforme publicado no *New York Times*, foram feitas diversas conferências reunindo líderes da indústria e da finança anteriormente à fundação da organização. Em declarações de alguns grandes nomes do setor financeiro podemos observar mais claramente este apoio. No telegrama enviado por Victor G. Paradise, sócio na Frazier Jelke & Co., a Jouett Shouse, um dos fundadores e patrocinadores da *American Liberty League* temos:

Eu gostaria de oferecer minhas calorosas congratulações ao senhor e seus associados na formação da *American Liberty League*. Esta merece o apoio conjunto de todos os Americanos de pensamento libertário, para além de suas filiações partidárias. Eu tenho incitado publicamente a necessidade de uma organização nacional de acionistas para

---

<sup>4</sup> New York Times, 24 de Agosto de 1934. ‘*Finance welcomes Liberty League*’ p.2.

preservar seu direito de propriedade e se minhas atividades com esse respeito puderem ser de valor para sua organização, por favor, me informem.<sup>5</sup>

Declaração parecida fizera Edward F. Hutton, da conhecida agência de corretores E. F. Hutton:

Eu vejo a *American Liberty League* como uma organização não-partidária que está determinada a ver a ver que existe respeito genuíno tanto por direitos humanos assim como pelo direito de propriedade... Eu acredito que nós podemos esperar e conseguiremos pelas mãos de nosso Presidente justa consideração por nossas propostas.<sup>6</sup>

Na luta por maior representatividade e naturalmente um espaço maior dentro da sociedade política, esses dois representantes do grande capital reafirmam a necessidade do respeito incondicional à propriedade privada. Além disso, é interessante como, em ambas as declarações, fica explícita a tentativa de não vincular a organização com partidos políticos.

Feita a ponderação, podemos concluir que:

Multinacionalistas [capital financeiro e indústrias multinacionais] aceitaram ou favoreceram políticas keynesianas de intervenção ativa do governo na economia, incluindo os programas de bem-estar social pelo bem da paz social, ajuda a países estrangeiros para o desenvolvimento de mercados externos e grandes orçamentos militares para subsidiar indústrias de alta tecnologia e manter um grande contingente de tropas externamente (BERLET & LYONS, op.cit., p.164).

E essa era basicamente a proposta do acordo, do novo acordo, do grande acordo proposto por Roosevelt como forma de resolver o conflito de classe, retomar a produtividade e estimular as vendas. A economia seguiria a todo vapor graças ao pacto democrata, baseado na articulação tripartite entre poder sindical (devidamente disciplinado), governo federal e empresariado.

O pacto realmente funcionou por um breve momento, tirou os EUA do caos da Depressão em sua fase mais aguda, acalmando os ânimos de desesperados, revoltosos e falidos. Não devemos desprezar o significado e os resultados de um período de intensa mobilização política e social em torno de melhores condições de vida e trabalho. Os programas de seguridade social são notadamente um marco dessas conquistas. A sociedade política democratizou-se, ainda que minimamente, a exemplo do movimento dos trabalhadores rurais que assumira efetivamente o poder em Winsconsin e Minnessota. E o Partido Democrata adquirira nova feição. Se antes tipicamente sulista e rural, apoiava-se largamente a partir de 1930 sobre uma base predominantemente urbana e popular (HIMMELSTEIN,1990, p.16-18).

---

<sup>5</sup> New York Times, 24 de Agosto de 1934. '*Finance welcomes Liberty League*'.p.2.

<sup>6</sup> New York Times, 24 de Agosto de 1934. '*Finance welcomes Liberty League*'.p.2.

Mas, longe de revolucionário, o *New Deal* está muito mais próximo de um intenso programa de reformas com o objetivo de ‘salvar’ ou de encontrar novas saídas para o desenvolvimento do capitalismo. Mesmo ao pensarmos na proposta defendida por alguns de promoção da harmonia social - primeiramente pela solução de uma situação emergencial, seguida de estabilização social pela conjugação harmônica de interesses conflitantes - observamos que nem isso foi possível em sua totalidade, como nos informam os mais críticos. As lutas dos setores dominados, por muitas vezes, desafiaram os cálculos nas negociações. O grande acordo não abarcava todos, não contemplava a diversidade de interesses de maneira 100% satisfatória.

A luta dos setores dominados na busca por maior representação na sociedade política, pela constituição de um Estado mais inclusivo e democrático será, por nós, vista como uma conquista, ainda que parcial, nesse sentido. Diferente dos que crêem ser o *New Deal* ou o reformismo uma saída conservadora, entendemos ser este um passo significativo na luta dos setores subordinados, mas que esta deve continuar, se seus membros pretendem sair da condição em que se encontram. Durante a guerra de posição, os setores dominados avançaram, deram um passo à frente em sua luta, mas não se tornaram classe dominante, nem dirigente.<sup>7</sup> As conquistas acabaram por ser limitadas, não porque assim desejara Roosevelt e os ‘arquitetos do *New Deal*’, mas porque no processo de luta, percebemos claramente a hegemonia de uma proposta reformista.

Guiada por pressupostos keynesianos, a pedagogia da hegemonia se desenvolve no sentido de ampliar os direitos sociais por trabalho, moradia, alimentação, saúde, educação, transportes das massas trabalhadoras, com políticas sociais diretamente executadas pelo aparato governamental, tendo por intuito obter o decisivo consenso da maioria da população ao projeto burguês de sociabilidade e aumentar, concomitantemente, a produtividade da força de trabalho [além de] evitar a adesão ao projeto socialista de sociabilidade por amplos segmentos da classe trabalhadora (NEVES, op.cit, p.30).

O projeto reformista do Partido Democrata construíra, portanto, uma forte hegemonia, sendo aceito por amplos setores sociais durante muitas décadas, aproximadamente até o fim da Guerra Fria. Nem por isso podemos pensar que este projeto fora menos complexo, que tenha enfrentado menos conflitos durante sua existência. Nosso objetivo daqui por diante será exatamente mapear alguns desses conflitos, de modo a entendermos a posterior falência dessa conformação política pelo desenvolvimento e expansão de projetos contra-hegemônicos.

---

<sup>7</sup> Classe dirigente corresponde à fração dominante da classe dominante.

Alguns deles podem ser vistos dentro da própria classe dominante. Importante eixo de oposição se localizava no coração da sociedade política, especificamente na bancada sulista do próprio Partido Democrata e na Suprema Corte. A primeira impunha constantes obstáculos à aprovação e implementação de políticas relativas à extensão dos direitos civis e às questões trabalhistas (KATZNELSON, 1993). A última, com frequência considerada como a grande protetora dos direitos e das liberdades individuais, da propriedade e da empresa, gerou forte oposição à legislação progressista do *New Deal*, especialmente à do primeiro *New Deal* (HOWARD, 2005).

A fração dominada da classe dominante, identificada no capital industrial voltado para o mercado interno, mostrou-se bem menos integrada na proposta de ampla negociação e no estabelecimento dos ditos compromissos. Grandes indústrias como a têxtil, do aço, de calçados além de empresas de menor porte, como lojistas e comerciantes eram especialmente vulneráveis às crescentes pressões sindicais.

No centro do partido republicano durante o sistema de '96 estava um bloco maciço de grandes indústrias, incluindo as do aço, indústrias têxteis, da mineração e menos monoliticamente a de calçados, das quais o processo de produção de tipo *labor-intensive* automaticamente os fez inimigos mortais do trabalho e paladinos da política do *laissez-faire* (FERGUSON, op. cit. p.7)

Em 29 de Abril de 1934, passados os momentos iniciais do caos da Depressão, o *New York Times* já publicava reportagens com as primeiras vozes da oposição:

“O período emergencial terminou”. Declarou o deputado Snell de Nova York, líder da minoria na Câmara, em depoimento a uma rádio esta semana. Ele exigiu, desse modo, a revogação das leis de emergência e a extinção das agências federais que as estivessem administrando.<sup>8</sup>

A declaração do deputado reflete a constante preocupação de diversos setores da oposição com relação à extensão e duração dos programas de recuperação promovidos pelo poder público. Para Snell e os tantos outros que compartilham de suas críticas, a intervenção federal era vista como nociva ou, pelo menos, preocupante no sentido de possíveis restrições das tão prezadas liberdades individuais. Por isso, era imprescindível a extinção, tão logo quanto possível, das instâncias federais interventoras. A reportagem prossegue com o argumento defendido pelo mesmo deputado que o presidente triunfara ante a Depressão, mas que sua administração se recusava a

---

<sup>8</sup>New York Times, 29 de Abril de 1934. Seção: watch-tower. *'Parties come to grips over emergency's end'* pg. E1.

reconhecer o sucesso, pondo fim aos programas de recuperação devido a “um desejo de mudar o sistema americano, fazendo permanentes o suficiente as leis de emergência e suas agências administrativas com o propósito de instituir um socialismo de Estado, coletivismo, comunismo ou fascismo no país.”<sup>9</sup> Percebemos também desde esse momento uma clara associação, a nosso ver bastante indevida, entre o projeto reformista e outros projetos de caráter notadamente distinto, como o socialista e o comunista. Na visão do deputado, qualquer forma de governo que se proponha a intervir mais diretamente na vida social, abriria caminho para uma futura implementação de projetos revolucionários. Com o objetivo de insuflar ou por real crença, tal associação acaba por destituir ambos os termos de sentido, não reconhecendo as diferenças qualitativas entre um projeto de cunho reformador e outro revolucionário e transformador.

Grandes impérios, como a *Sun Oil Company*, a *Sears*, famosa varejista do meio-oeste, e as indústrias químicas *DuPont* mostravam-se hostis às ditas intervenções governamentais que vinham restringir suas liberdades em âmbito doméstico. Em oposição ao pressuposto keynesiano oficial, este setor afinava-se cada vez mais com os pressupostos do capitalismo, imortalizado na forma do *laissez-faire* (BERLET; LYONS, op. cit. p. 163).

Juntamente com muitos fascistas, eles viam o *New Deal* como prova de uma aliança sinistra entre o capital financeiro internacional e organizações trabalhistas controladas por comunistas com o objetivo de destruir a livre empresa (Idem, p.163).

O capital industrial voltado para o mercado interno rapidamente se organizou juntamente com conservadores dos partidos Republicano e Democrata e já em 1934 fundam a *American Liberty League*, um aparelho privado com o intuito de estabelecer oposição às reformas sociais e à legislação trabalhista proposta pelo *New Deal*. “A formação da *Liberty League* em 1934 deu proeminência às críticas de ricos empresários conservadores como John J. Raskob, Jouett Shouse e os DuPonts, e aos descontentes Democratas conservadores do Norte como Al Smith” (BADGER, op.cit., p.285). Badger (1989) revela que, antes mesmo do *New Deal*, este setor já se alinhava pela defesa do governo limitado e a preservação dos direitos estaduais, estando os próprios fundadores da *American Liberty League* anteriormente associados à *Association Against the Prohibition Amendment*. “Os déficits do *New Deal*, o controle sobre os negócios, os impostos e a legislação trabalhista colocavam-se como uma ameaça imensamente maior que proibições aos seus conceitos de diretos estaduais e governo limitado” (Idem, p.285).

---

<sup>9</sup> New York Times, 29 de Abril de 1934. Seção: watch-tower. ‘Parties come to grips over emergency’s end’ pg. E1.

Financiada primordialmente pela família *DuPont*, *General Motors* e *Sun Oil*, a *American Liberty League* ficou particularmente conhecida por tentar, em 1936, empreender um fracassado golpe com o objetivo de impedir a reeleição do presidente Roosevelt (DIAMOND, 1995, p.23). Ainda que fracassado o golpe, o legado mais importante da *American Liberty League*, acreditamos, tenha sido o aumento progressivo de uma tensão gerada dentro do partido Republicano a época da hegemonia do reformismo Democrata.

Na verdade, a Liga aumentou a tensão entre a ala conservadora do partido Republicano, que não via mérito algum no *New Deal* e uma fração moderada associada com os senadores Charles MacNary e William Borah, que estavam dispostos a abraçar grandes partes do *New Deal* (BADGER, op. cit., p. 285).

A perda da hegemonia para o reformismo Democrata desestabilizou o partido Republicano, colocando em xeque sua pedra fundamental - o liberalismo - e criando uma profunda cisão entre seus membros. Fica explícito o sentimento de indecisão quanto ao destino do partido por parte tanto dos eleitores Republicanos quanto dos próprios integrantes do partido. As décadas de 1930 e 1940 são marcadas por fortes questionamentos nesse sentido.

Deve o *Grand Old Party* [partido Republicano]...virar as costas, confiando na casualidade política para restaurar mais uma vez seu prestígio e poder sem alterações orgânicas? Deve este tentar vencer o *New Deal* em seu próprio jogo, afastando a velha guarda e oferecendo ao eleitorado um liberalismo temperado, como rejeitado em 1912? Deve, ao contrário, expurgar-se de todas as teorias e práticas avançadas e se tornar um partido verdadeiramente conservador, abraçando a luta pelos direitos estaduais e pelo individualismo crescente? Ou deve se permitir sucumbir sem maiores lutas ao esquecimento, na esperança de que de suas cinzas poderá emergir um novo e mais vigoroso partido com um novo nome e uma nova proposta?<sup>10</sup>

Tem início, então, uma verdadeira luta dentro do partido Republicano, uma luta por hegemonia dentro do partido. Esta fora, à época, balizada pelo *New Deal* e protagonizada por basicamente dois setores: um em total repúdio e outro em parcial acordo com algumas de suas propostas. A plataforma adotada pelos Republicanos durante sua convenção estadual em Nova York apresenta duras críticas à proposta Democrata, podendo ser vista como exemplo do pensamento da ala mais conservadora do partido, conhecida como Velha Guarda (*Old Guard*).

Nós condenamos: 1) o solapar da forma Americana de governo e a perturbação de nosso sistema econômico; 2) a destruição do estado e dos direitos locais e responsabilidades; 3) uma economia planejada e controlada de concepção vinda de fora imposta e administrada por uma ditadura todo poderosa; 4) a invasão do campo da iniciativa

---

<sup>10</sup> New York Times, 20 de Junho de 1937. *'The Republicans face a great decision'*.

privada pelo governo e manipulada por homens inexperientes; 5) a instalação de uma enorme, incompetente, arrogante e incontrolável burocracia; 6) a decadência do serviço civil; 7) a destruição em massa de teorias acadêmicas contrárias às leis e forças naturais; 8) a promoção de monopólios, a destruição da competição, a fixação dos preços pelo governo; ... 10) Gasto imprudente do dinheiro do povo sem pensar nos cálculos orçamentários ...; 13) a tentativa de redistribuir riqueza pela destruição da mesma.<sup>11</sup>

A plataforma republicana de Nova York traz um tom nostálgico, não se contentando em refutar apenas as políticas reformistas, mas recusando-se a aceitar um processo próprio do desenvolvimento do sistema capitalista, qual seja a formação de monopólios, a tendência à concentração de capital. Fruto ao mesmo tempo do descontentamento com relação às reformas trazidas pelo *New Deal* e de um sentimento nostálgico de tempos dourados, quando as reivindicações eram mais parcas e menos organizadas e a livre concorrência imperava, a proposta da velha guarda parece querer voltar o relógio, mantendo-se um tanto intransigente em suas posições.

Não menos descontente, podemos observar ainda outro setor dentro do partido e que fará frente à Velha Guarda na luta por hegemonia interna. Um dos expoentes dessa tendência nascente a época foi o senador Gerald P. Nye da Dakota do Norte. Referindo-se diretamente à velha guarda, Nye declarou em um encontro nacional do partido que este precisava renascer, que “o partido Republicano morreria se seus líderes permanecessem aqueles que não podem oferecer nada mais que *Old Deal* como um substituto para o *New*.”<sup>12</sup> Um pouco mais tarde, já no governo Eisenhower, percebemos com mais clareza o que seria este renascer e a modernização do Republicanismo.

A ala liberal do G.O.P. – incluindo o vice-presidente Richard M. Nixon, o secretário do trabalho James Mitchell, o procurador geral William P. Rogers e o Secretario de assuntos Interiores, Fred A. Seaton, ... acreditam que a fórmula para a vitória sobre os Democratas em 1960 é a fórmula apresentada ao país em 1952 e 1956 – um candidato popular, atraente e um programa liberal com relação aos direitos civis, seguridade social e trabalho.<sup>13</sup>

Fica claro aqui que a ala liberal do GOP - *Grand Old Party* - não ameaça as conquistas angariadas pelos setores subordinados ao longo da história, em certo nível até procura mantê-las, mas nunca estendê-las. A manutenção de um orçamento balanceado à moda Republicana não

---

<sup>11</sup> New York Times, 29 de Setembro de 1934. ‘Platform adopted by the Republicans at their State convention in Rochester’

<sup>12</sup> New York Times, 14 de Dezembro de 1934. ‘Rebirth of Party demanded by Nye’.

<sup>13</sup> New York Times, 20 de Fevereiro de 1959. ‘GOP labor feud.’

permite maiores gastos com a ampliação de programas sociais. Nas palavras do próprio Nixon: “o único caminho para o progresso é por políticas econômicas conservadoras que encorajem o segmento empresarial privado de nossa economia e que não se voltem para o governo toda vez que surgir um problema.”<sup>14</sup>

A tensão entre as alas conservadora e liberal do GOP se estenderá por longas décadas, pelo menos até os anos 70, mas nem por isso devemos nos enganar em pensar que o partido Republicano estava arruinado, esmigalhado pelo Partido Democrata em frações inconciliáveis. A perda da hegemonia do projeto base encabeçado pelo partido -o liberalismo- gerou desgaste sim, e uma real dificuldade inicial de se reorganizar politicamente, mas como apontado por um jornalista do Kansas: “partidos não morrem de cima, mas por suas raízes, e as raízes do partido Republicano no leste e meio-oeste ainda estão cheias de seiva” (BADGER, op. CET, p.286).

Outro aparelho inserido na mesma perspectiva da *Adereçam Liberta Legue* e igualmente patrocinado pelo grande capital foi o *Comecei for Constitutional Government*. Fundado em 1937, o Comitê exerceu significativa pressão em relação à legislação trabalhista e aos impostos (CCG *annual reports, pamphlets, newsletters and speech reprints, Reel. 29, Right-wing collection of the University of Iowa* apud DIAMOND, op. cit., p.23).

De frações da classe dominada, encontramos a contra-hegemonia de caráter fascista, bem menos numerosa, mas ainda se fazia presente. Segundo Diamond (1995, p.22), havia mais de 100 organizações fascistas ativas durante a Grande Depressão, mostrando-se à época da implementação das reformas do *New Deal* e a conseqüente implantação de algumas medidas de bem-estar insatisfeitas, sob a alegação de que o país estaria caminhando em direção ao socialismo. Durante o período entre 1942 e 1944, o Departamento de Justiça processara diversos fascistas sob a acusação de sedição. O caso mais notório fora o de Lawrence Dennis, ex-funcionário do Departamento do Estado, que havia se tornado editor de livros e revistas de conteúdo fascista (SCHONBACH, M, 1958. p. 245-247 apud DIAMOND, op.cit. p.22).

O mais conhecido dos aparelhos xenófobos, a *Ku Klux Klan*, longe do tamanho e popularidade atingidos nos anos 20, não desaparecera por completo. Defensora ferrenha da ordem e moral tradicionais, a KKK, em especial nos estados do sul, uniu esforços junto à polícia e empresas locais, aterrorizando sindicalistas, principalmente negros e camponeses. Desdobramento da *Klan* ao norte, a *Black Legion* gerou frutos, ainda que breves, no Michigan e

---

<sup>14</sup> New York Times, 17 de Fevereiro de 1959. ‘Nixon urges GOP to back its credo.’



outros estados. Contabilizando um total de 40.000 membros em 1936, em sua maioria trabalhadores pouco especializados, a Legião perpetrou inúmeros ataques a sindicalistas e ativistas (BERLET; LYONS, op. cit., p.132).

Significativamente menos violenta que a *Klan* e seus braços, embora não menos fascista, era a *American Silver Shirts*, fundada por William Dudley Pelley em 1933. Particularmente ativa no meio-oeste e na costa do pacífico, este aparelho, bastante limitado em número de membros (apenas 15.000 no auge de 1934), era composto predominantemente por protestantes pertencentes aos setores operário e médio da sociedade. A *American Silver Shirts* não prezava ataques violentos, atendo-se a estratégias de propaganda por meio de seu periódico semanal *Liberation*. Era por meio deste veículo que Pelley compartilhava, com estimados 50.000 (Idem, p.133) leitores, seu projeto de sociabilidade intitulado *Christian Commonwealth*. De acordo com o mesmo, Pelley sonhava com um país organizado enquanto uma enorme corporação funcionando a partir de planejamento central; bancos, moeda, propaganda, sindicatos e serviços de advocacia privados seriam abolidos; casamento e maternidade selariam o lugar da mulher dentro desta sociedade; negros, imigrantes, indígenas e judeus viveriam em separado como em guetos e sem direitos políticos básicos como o voto (RIBUFFO, L., 1983. p. 67-70, apud BERLET; LYONS, op.cit., p 133)

Extremamente excludente, o *Christian Commonwealth* trazia também forte conteúdo apocalíptico, anti-semítico e antiolecionista, como podemos observar na edição de 21 de agosto de 1938 do *Liberation*. A sociedade apresentar-se-ia de forma basicamente dual contendo elementos ou preceitos julgados enquanto cristãos e demoníacos.

<b>Anti-Cristo</b>	<b>Cristo</b>
Judaísmo	Cristianismo
Materialidade	Espiritualidade
Modernismo	Fundamentalismo
Esquerdismo	Direitismo
Socialismo judaico	Individualismo
Comunismo judaico	Constitucionalismo
Protocolos de Sião	Cumprimento da constituição dos EUA
Manifesto comunista	<i>Bill of Rights</i>
Democracia	República constitucional
Comunismo	Americanismo
Internacionalismo	Nacional Patriotismo
Subversão judaica	Vigilantismo Americano
<b>Guerra</b>	<b>Paz</b> (SINGERMAN, 1982, p. xxx)

Composta predominantemente por alemães e assim naturalizados, a *German-American Bund* teve em Fritz Julius Kuhn seu maior líder. Kuhn revelou-se, desde que assumira a liderança em 1936, um importante agente organizador e aglutinador dos inúmeros faccionismos do grupo. Graças a sua atuação militante, Kuhn conseguiu sanar os débitos da organização, criar uma ala paramilitar - o *Ordnungsdienst* - e promover inúmeras manifestações. A mais notável entre elas deu-se em fevereiro de 1939 quando conseguiu reunir 22.000 pessoas no coração dos EUA democrata, mais especificamente na cidade de Nova York, para seu comício *Pro-American Rally*. Um dos objetivos da *German-American Bund* era preservar os alemães da suposta cultura materialista norte-americana dominada por judeus. Assim, a *German-American Bund* denunciava abertamente a teoria do *melting pot* (cadinho de raças), tipicamente norte-americana, de forte apelo no imaginário social, como uma invenção judaica, urgindo aos alemães que se mantivessem ‘puros’, ou seja, longe da degeneração não apenas genética, mas também cultural inevitavelmente trazida pela miscigenação (BERLET; LYONS, op. cit. p.134).

Por último, talvez o aparelho contra-hegemônico mais importante deste período seja a cruzada cristã, empreendida pelo pastor Charles Coughlin. A militância política e religiosa do pastor Coughlin data ainda dos anos de 1920, trilhando os primeiros passos da fama de pastor do rádio. O pastor Coughlin inaugura um novo e radical método de mobilização e conscientização política do setor, posteriormente conhecido como direita cristã. Suas primeiras transmissões se dão logo em 1926, explorando o enorme potencial oferecido por um sistema de comunicação, ainda pouco explorado por políticos norte-americanos (Idem, p.137). Segundo Berlet e Lyons, seus sermões eram transmitidos em mais de 30 estações de rádio, alcançando um público estimado em 40.000 ouvintes já em 1930.

As primeiras transmissões não poderiam ser consideradas ainda plenamente antagônicas à proposta reformista. Na verdade, Coughlin fora, até pelo menos a metade da década de 30, um forte aliado de Roosevelt, denunciando o capitalismo predatório, recriminando a concentração de renda. O pastor apoiara a campanha de 1932, chegando mesmo a parabenizar de maneira extravagante a nova administração.

Quando em uma transmissão radiofônica em fins de 1933, por exemplo, ele casualmente sugerira que seus ouvintes escrevessem a Franklin Roosevelt para expressar sua gratidão por sua liderança inspiradora, o correio da Casa Branca fora inundado por centenas de cartas cheias de entusiasmo (BRINKLEY, 1982, p.120).

Como alguns conservadores mencionados acima, Coughlin fazia duras críticas ao capital financeiro. Segundo ele, existiam dois tipos de produtores: os ‘produtores de dinheiro’, que tinham por objetivo a produção e reprodução deste mesmo bem a partir do próprio, e os ditos produtores da ‘verdadeira’ riqueza, cujo objetivo era produzir coisas, objetos a partir de matéria-prima como sapatos, fogões, automóveis etc. Para Coughlin, o industrial “é essencialmente um produtor. O homem de finanças é essencialmente um parasita” (COUGHLIN, 1933.p.118 apud BERLET; LYONS, op. cit., p.138). O capital financeiro aparece como um verdadeiro demônio, responsável por todos os males e infortúnios, tanto dos produtores de bens para o mercado interno, quanto dos trabalhadores. A luta de classe e a realidade de exploração do trabalhador pela extração do sobretrabalho são completamente ignoradas nos discursos de Coughlin. Partem daí suas primeiras, mas profundas críticas ao *New Deal*. Em março de 1934 declara ele:

Hoje capital e trabalho estão em estado de tensão e instabilidade... Ambos são vítimas dos interesses dos financistas, que sabem pouco dos problemas dos industriais e não poderiam ligar menos para as lágrimas do trabalhador... Ambos têm seu sangue sugado por especuladores no mercado de ações e lucradores de Wall Street (COUGHLIN, 1934. p. 119-120 apud BERLET; LYONS, op. cit., p.139).

Mesmo compartilhando, com a *American Liberty League*, críticas e desafeições para com o capital financeiro, a proposta de Coughlin desembocava em direção oposta. Ao contrário do *laissez-faire* abraçado pela *American Liberty League*, a *National Union for Social Justice*, fundado pelo pastor em 1934, apontava para formas de se garantir uma melhor distribuição de renda dentro do próprio sistema capitalista e sem maiores privilégios para o setor financeiro.

Com o passar dos anos 30, Coughlin se afasta cada vez mais da proposta democratizante de Roosevelt, chegando a assumir uma postura cada vez mais intolerante, antidemocrática e anti-semita. Nem por isso tornou-se menos popular. Como afirmam Berlet e Lyons, ele fora o único líder fascista da década de 30 a ter apoio de massa, sendo particularmente caro entre pequenos produtores rurais e pela comunidade católica (em especial irlandeses) do nordeste (Idem, ibidem, p.143).

Em julho de 1938 seu periódico *Social Justice* começou a publicar os famosos *Protocols of the Elders of Zion*. Primeiramente publicados em 1903 na Rússia e atribuídos à polícia secreta do Tzar, os Protocolos consistem em uma descrição de uma série de reuniões de lideranças judaicas mundiais, com o objetivo de arquitetar um plano de dominação mundial. Os Protocolos carregam ao longo de suas páginas uma série de preconceitos com relação à comunidade judaica,

apontando o povo judeu como tirano, especulador financeiro e promotor de uma forma de governo global e coletivista. A obra chega aos EUA e à Europa pelas mãos de emigrados fugidos da Revolução de 1917 (Idem, ibidem, p.105).

Mais tarde, em novembro do mesmo ano (1938), Coughlin irá não só defender a *Kristallnacht*<sup>15</sup> enquanto método eficaz de contenção do comunismo na Alemanha, como fundar o *Christian Front*, aparelho mais claramente alinhado com o fascismo e empreendedor de dura violência contra judeus (BERLET; LYONS, op.cit. p. 142).

Como podemos perceber, a construção do Estado reformista iniciado com o *New Deal* fora um processo único no desenvolvimento político e histórico dos EUA. Seus frutos geraram desde o alargamento qualitativo considerável na sociedade política e uma melhor distribuição de renda nacional até a profunda revolta por parte de setores mais conservadores. Entretanto, a gama de discursos contra-hegemônicos se apresentava ainda de modo demasiado pulverizado, sem constituir um bloco sólido, organização coletiva ou projeto minimamente unificado capaz de deter o avanço keynesiano. Novos conflitos não tardariam a aparecer, evidenciando feridas que mesmo temporariamente estancadas, teimavam em sangrar. A Guerra Fria vem, então, aquecer as turbinas do conservadorismo em direção a uma reação organizada e também a dos movimentos sociais democráticos na tentativa urgente de manter vivas suas tão prezadas políticas de inclusão.

### **Bibliografia:**

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do capitalismo liberal. In:AARÃO, Daniel et alli (org). *O século XX*. vol.II. RJ: Civ. Brasileira, 2000.

BADGER, Anthony. *The New Deal: the depression years 1933-1940*. Houdmills:Macmillan, 1989.

BERLET. Chip; LYONS. Mathew. *Right-wing populism in America: too close for comfort*. NY: Gilford Press, 2000.

BERNSTEIN, Michael. The Great Depression as historical problem. In: *OAH magazine of history*. Vol.16. Nº1. Fall, 2001.

---

<sup>15</sup>Termo alemão para ‘noite dos cristais’. Refere-se ao incidente ocorrido em diversas cidades da Alemanha nazista na noite de 9 de novembro de 1938. Nesta ocasião, oficiais nazistas e parte da população civil invadiram, depredaram e incendiaram diversos estabelecimentos comerciais judaicos, sinagogas e residências, deixando as ruas cobertas de cacos de vidro. Diversas pessoas, identificadas como judeus, foram ainda violentamente agredidas, detidas e levadas para campos de concentração.

BERNSTEIN, Michael. Why the great Depression was great: toward a new understanding of the interwar economic crisis in the United States. In: GERSTLE, Gary & FRASER, Steve. *The rise and fall of the New Deal order:1930-1980*. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1989.

BRINKLEY, Alan. *Voices of protest: Huey Long, Father Coghlin and the Great Depression*. NY: Alfred Knopf,1982.

DIAMOND, Sara. *Roads to dominion: right-wing movements and political power in the United States*.NY: Gilford Press, 1995.

DUMEIL, Gerard; LEVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. In: CHESNAIS, François et alli. *Uma nova fase do capitalismo?* SP: Xamã, 2003.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. The three political economies of the Welfare State. In: *Canadian Review of Sociology and Anthropology*. Vol.26, 1989.

FERGUSON, Thomas; ROGERS, Joel. *Right Turn: The decline of the democrats and the future of American politics*. NY: Hill and Wang, 1986.

FERGUSON, Thomas. The coming of the New Deal: the triumph of multinational liberalism in America. In: GERSTLE, Gary; FRASER, Steve. *The rise and fall of the New Deal order:1930-1980*. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1989.

FISHER, Irving. *Booms and Depressions: Some First Principles*. New York: Adelphi, 1932.

GERSTLE, Gary. The Protean character of American liberalism. In: *The American Historical Review*, Vol. 99, No. 4 (Outubro de 1994).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*.vol.4. RJ:Civ. Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. RJ: Civ. Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*.vol.2. RJ:Civ. Brasileira, 2004.

HÁJK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In: HOBBSAWM, Eric.(org). *História do Marxismo*. Vol.6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIMMELSTEIN, Jerome. *To the Right: the transformation of American conservatism*.California: Univ.of California Press,1990.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. SP: Cia. Das Letras, 1995.

HOWARD, Dick. Interpretar a lei: a Suprema Corte como árbitro da constitucionalidade. *E-journal USA*. Questões de democracia. Abril, 2005.

HUNT, John Gabriel (org). *The essential Franklin Delano Roosevelt. FDR's greatest speeches, fireside chats, messages and proclamations*. NY: Gramercy Books, 1955.

KATZNELSON, Ira et.all. Limiting liberalism: the southern veto in congress, 1933-1950. *Political Science Quarterly*. 108.n2 (Summer 1993).

KEYNES, John Maynard. *The general theory of employment, interest and money*. NY:Harcourt Brace Jovanowitch, 1936.

LIMONCIC, Flávio. Do pacto nacional à globalização: Estado e sindicato na regulação do capitalismo norte-americano. In: *Revista de história regional*. Vol.4, nº1 (verão 1999).

MEHRAV, Perez.Social-democracia e austromarxismo.In: HOBBSAWM, Eric.(org). *História do Marxismo*. Vol.5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Classes, poder e Estado no Brasil. Conferência proferida durante o *I Simpósio Nacional: Estado Brasileiro- conflitos intraestatais e políticas públicas* UFF-RJ, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. SP: Xamã, 2005.

PERKINS, Dexter. *A época de Roosevelt:1932-1945*.Rio de Janeiro: Ed. Cruzeiro,1967.

ROBBINS, Lionel. *The Great Depression*. London: Macmillan, 1934.

SCHLESINGER Jr. Arthur. *The coming of the New Deal 1933-1935*. Boston: Houghton Mifflin, 2003.

SHERMAN, Howard. *História do Pensamento Econômico*. Petrópolis: Vozes,1993.

SINGERMAN, Robert. *Antisemitic propaganda: an annotated bibliography and research guide*. NY: Garland, 1982.

STEINBECK, John. *As vinhas da Ira*. SP: Abril Cultural,1972.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

#### **Fontes:**

*The Social Security Act of 1935*. In: <http://www.nationalcenter.org/SocialSecurityAct.html>. Junho 2007.

New York Times, 29 de Abril de 1934. Seção: watch-tower. 'Parties come to grips over emergency's end' pg. E1.

New York Times, 24 de Agosto de 1934. 'Finance welcomes Liberty League' p.2.

New York Times, 29 de Setembro de 1934. 'Platform adopted by the Republicans at their State convention in Rochester'.

New York Times, 14 de Dezembro de 1934. 'Rebirth of Party demanded by Nye'.

New York Times, 20 de Junho de 1937. 'The Republicans face a great decision'.

New York Times, 17 de Fevereiro de 1959. 'Nixon urges GOP to back its credo.'

New York Times, 20 de Fevereiro de 1959. 'GOP labor feud.'